
EDITORIAL

DOSSIÊ POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior no Brasil passa por processo de expansão, notadamente, a partir dos anos de 1990, em que se delineia um movimento variável, embora constante, entre o setor público e o privado.

A tônica dessa variância centra na relação “quantidade e qualidade”, quando se concebe a expansão desse nível de educação aliado à questão de sua qualidade. Nesse sentido, a literatura da área educacional desvela esse processo apoiada em dados estatísticos oficiais, e aponta que a avaliação e a diversificação institucional são estratégias que viabilizam a expansão do setor, tendo como consequência uma educação massificada e de massa.

Essa análise acerca das medidas e estratégias utilizadas pelos gestores educacionais tem como referência a construção histórica da concepção de universidade no Brasil, constituída pela lógica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na qual a qualidade está presente na construção de um espaço de formação único, público. A expansão do setor público é mecanismo dialético de se obter qualidade, especialmente porque se contrapõe à lógica mercantil do setor privado, que, ainda, se apóia na oferta do ensino como única função dessas instituições.

Nesse sentido, a educação, inclusive a educação superior, insere-se em um debate de ordem financeira e econômica global, em que a educação, diante de um contexto de contradições, insere-se no âmbito de interesse do setor empresarial que busca desenvolvimento, e assim, também se organiza, por meio de movimentos e fóruns, para a melhoria da qualidade educacional, apoiando a definição de medidas avaliativas, ao mesmo tempo em que educadores apontam a necessidade da ampliação dos percentuais de investimentos no setor público. O processo de construção do novo Plano Nacional de Educação, em curso, ilustra essas contradições.

O movimento de expansão do setor é constante e deve permanecer assim nos próximos anos, uma vez que se considera o contexto em que o país está inserido. Jornais e revistas apontam que o Brasil é país emergente com alto grau de investimento produtivo, atraindo capital estrangeiro e ampliando sua atuação no cenário internacional. Essas condições econômicas e educacionais, em que se verifica, também, o alargamento dos níveis de atendimento à educação básica, induzem a ampliação da demanda por educação superior.

Diante desse quadro, é que as decisões acerca das políticas públicas de educação superior se tornam complexas e passam a ser alvo de observação e de debate entre pesquisadores e educadores, atores influentes

no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de educação.

Assim, a Revista *Educação e Fronteiras* publica o Dossiê Políticas de Educação Superior, disponibilizando artigos, documentos, dissertações e resenhas de livro que tratam da temática, abordando experiências e analisando programas, projetos e leis que focam a educação superior nesse contexto.

O primeiro artigo intitulado “Qualidade na perspectiva das políticas educacionais: significados e paradoxos” de autoria de Maria das Graças Martins da Silva, Nayara Lucas Dias Menezes Conrado e Jackeline Nascimento Noronha da Luz aponta a centralidade que o termo “qualidade” adquiriu no contexto brasileiro a partir dos anos de 1980, explicitando na legislação e nos documentos oficiais a concepção mercantilista com que o termo é abordado, traduzindo seu significado sob a forma de números.

Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo em seu artigo “Avaliação da educação superior e os planos plurianuais do Estado brasileiro nos anos 2000” que traz suas análises sobre os Planos Plurianuais nos dois governos Lula, observou um duplo movimento acerca da avaliação da educação superior nesse período, sendo o primeiro a consolidação dos processos regulatórios, por meio de práticas efetivas de supervisão e o segundo movimento, foi o esvaziamento do SINAES, com a inserção de índices e a perda da centralidade da autoavaliação institucional.

Outra medida de política educacional tratada neste dossiê refere-se ao PROUNI – Programa Universidade para Todos, que é discutido no artigo “PROUNI: Políticas de inclusão ou exclusão no contexto das aprendizagens ao longo da vida” escrito por Edineide Jezine e Elourdiê Macena Corrêa. As autoras alertam, a partir da análise dos dados do Censo Educacional, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Estatísticas Educacionais “Anísio Teixeira” - INEP, que quanto mais alto o nível formal de educação, menor é o acesso de jovens e adultos das classes populares, e que o PROUNI não consegue minorar esse processo de exclusão, servindo como uma medida paliativa.

A internacionalização da educação superior é discutida por Mariluce Bittar e Jair Marques de Araújo, no artigo “Internacionalização da educação superior: a concepção da rede internacional das instituições universitárias salesianas (IUS)”. O texto explicita que a criação de rede de intercâmbio e de parcerias para as instituições salesianas coincide com a proposta de internacionalização dos organismos internacionais e, nesse sentido, a ênfase na avaliação e na acreditação insere a IUS no movimento mais amplo que rege o processo de internacionalização da educação superior, voltada para as questões de ordem mercantilistas.

O sistema de cotas étnicas para a educação superior é analisada no artigo: “Acesso, permanência e evasão de indígenas cotistas da UEMS: analisando trajetórias dos primeiros ingressantes em 2004” de autoria de Maria José de Jesus Alves Cordeiro e Shirley Flores Nascimento. No texto, as autoras analisam a experiência da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que, segundo elas, foi a primeira instituição brasileira a adotar as cotas para indígenas. As autoras concluem que a evasão dos alunos da primeira turma de indígenas ingressantes pelo sistema de cotas chegou a 64%, explicitando a necessidade de se estabelecer medidas que garantam a permanência desses alunos no contexto universitário, a partir das dificuldades encontradas pelos indígenas apontadas no artigo.

Os impactos da LDB e do ENADE nos cursos da área da saúde são tratados em dois artigos. O primeiro de autoria de Lourdes Missio, Marcia Maria Ribera Lopes e Rogério Dias Renovato, intitulado “Os reflexos da educação superior pós-LDB de 1996: um foco nos cursos de graduação em enfermagem”. E o segundo texto “Cursos de graduação em nutrição no Brasil: análise do censo da educação superior e os resultados ENADE” que foi abordado por Tereza Christina Martins Aguiar Veloso, Bruna Klein Guimarães de Souza e Renata Alves Barbosa da Silva. Os artigos, apoiando-se em análise de dados estatísticos produzidos pelo INEP, apontam para um forte movimento de expansão dos cursos da área da saúde, caracterizado pelo predomínio de instituições privadas não universitárias. De forma geral, explicitam que, paralelamente ao processo de expansão, houve um processo de reformulação curricular desses cursos, em que se estabelecem maior proximidade entre as políticas de educação e de saúde, o que direcionou para um maior comprometimento dos cursos e das instituições com o Sistema Único de Saúde.

O Dossiê apresenta ainda na seção Documentos, O Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal da Grande Dourados, como forma de ilustrar a configuração do Programa REUNI no contexto institucional. O REUNI se constitui como uma das medidas destacadas pela política de educação superior em curso para as instituições federais, instituído por meio do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Cumprir destacar que a leitura desse documento pode ser complementada com a discussão apresentada na dissertação de mestrado “Planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o REUNI em Mato Grosso do Sul” de autoria de Ana Maria da Silva, defendida em abril de 2011, cujo resumo e acesso *On-Line* estão disponibilizados na seção Dissertações.

Além dessa dissertação, a seção apresenta mais três dissertações, defendidas entre 2010 e 2011, que trazem enfoques importantes para a discussão das políticas de educação superior. A de autoria de Valter Acássio

de Mello discute a relação entre a educação superior e a educação básica, ao focar: “A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul”. A pós-graduação, a partir de análises do contexto sul-mato-grossense, vai ser abordada por Danieli Tavares em “A pós-graduação em educação no Mato Grosso do Sul: desafios de flexibilização e inserção social no contexto das políticas de expansão dos anos FHC (1995-2002)”. Márcia Maria Ribera Lopes relaciona as políticas de educação e de saúde na formação do enfermeiro na dissertação intitulada “A articulação das políticas de educação e de saúde na voz de egressos: análise da formação de enfermeiros, em Dourados-MS”.

Por fim, a resenha de Marianne Pereira de Souza analisa o livro “Políticas de Educação Superior” publicado pela organizadora desse dossiê.

Ao tornar público este dossiê acredita-se que se está contribuindo com novas análises acerca das políticas de educação superior.

Giselle Cristina Martins Real
Organizadora do Dossiê